

Debates Teóricos no campo das Relações Internacionais na China¹

Theoretical Debates in the Field Of International Relations in China

RENAN HOLANDA MONTENEGRO²

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de apresentar um panorama sobre a evolução do campo das Relações Internacionais na China e os debates recentes em torno do desenvolvimento de uma escola teórica autônoma que incorpore elementos da cultura chinesa. Neste debate, duas principais correntes têm se posicionado em lados opostos: a “Chinese School” e a “Tsinghua School”. O presente artigo descreve as diferenças entre essas escolas e discute as contribuições de cada uma para a elaboração de uma teoria chinesa das Relações Internacionais.

Palavras-chave: China; Teoria; Relações Internacionais.

Abstract: This paper aims to present an overview about the evolution of the field of International Relations in China and the recent debates on the development of an autonomous theoretical school that incorporates elements of Chinese culture. In this debate, two main trends have positioned themselves on opposite sides: "Chinese School" and "Tsinghua School". This article describes the differences between these schools and discusses the contributions of each to the development of a Chinese theory of International Relations.

Keywords: China; Theory; International Relations.

Recebido em:
28 de Agosto de 2015

Received on:
August 28, 2015

Aceito em:
01 de Dezembro de 2015

Accepted on:
December 01, 2015

DOI: 10.12957/rmi.2015.18387

¹Este artigo foi adaptado de um paper aprovado para o 39º Encontro Anual da Anpocs, sob o título “Teoria das Relações Internacionais na China: origem, evolução e debates recentes”.

²Doutorando em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). **Endereço para correspondência:** Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE - CEP: 50670-901. **Email:** renanholanda@bol.com.br

Introdução

Duas questões que têm despertado um intenso debate entre acadêmicos das Relações Internacionais, sobretudo chineses, são o ponto de partida deste trabalho: 1. As teorias ocidentais explicam o comportamento da China de forma satisfatória?; 2. Existe a necessidade de se criar uma escola teórica com base em elementos da cultura e filosofia chinesas?³ Buzan e Zhang (2012) notam que o rápido crescimento chinês gerou uma espécie de “caldeirão de ansiedade” nas comunidades políticas e acadêmicas, que passaram a debater sobre uma possível transição de poder ou uma sucessão hegemônica envolvendo os Estados Unidos, além de preocupações quanto ao futuro da ordem global.

Tal movimento gerou uma série de perguntas sobre as intenções do governo chinês diante desses cenários, tais como ‘o que a China quer?’, ‘o que a China pensa?’, ou ‘que tipo de mundo a China pretende construir?’. Questões como essas são a prova da necessidade de uma melhor compreensão sobre a visão de mundo tradicional da China, seus legados filosóficos e sua história e o quanto essas variáveis impactam diretamente na condução

contemporânea do país por parte do governo comunista.

É dentro dessa discussão que um grupo considerável de acadêmicos chineses⁴ têm reivindicado a necessidade de se desenvolver uma teoria no campo das Relações Internacionais que seja mais apropriada para se entender a China. Mais ainda, esses pesquisadores acreditam ser necessária a criação de uma teoria que busque enxergar as relações internacionais⁵ por uma ótica não-ocidental, já que as teorias elaboradas na Europa e nos Estados Unidos dizem respeito a tradições históricas, culturais e filosóficas distintas daquelas do mundo oriental.

Nesse sentido, o termo “Escola Chinesa” (na literatura em inglês, “Chinese School”) tem sido amplamente utilizado para se descrever esse processo de desenvolvimento teórico de um pensamento chinês aplicado às Relações Internacionais. Como explicaremos neste trabalho, apesar de haver um objetivo em comum, o de desenvolver um corpo

³ Acharya & Buzan (2010); Qin (2010); Zheng (2010).

⁴ Além de Xuetong e Yaqing, autores mais presentes neste artigo, vale mencionar também Zhao Tingyang (Academia Chinesa de Ciências Sociais), Zheng Yongnian e Wang Gungwu (ambos da Universidade Nacional de Cingapura). Apenas Gungwu, natural da Indonésia, não é chinês de nascimento.

⁵ Quando escritas com ‘r’ e ‘i’ minúsculos, estamos falando das relações internacionais enquanto objeto de estudo. Relações Internacionais, com iniciais maiúsculas, dizem respeito à disciplina acadêmica.

teórico das RI com foco nas tradições chinesas, essa discussão está longe de alcançar consenso entre os envolvidos.

Isso porque, em linhas gerais, alguns acadêmicos defendem a criação de uma teoria chinesa universalmente aplicável à disciplina, ao passo que outros apenas apregoam que já é suficiente incorporar valores chineses às teorias existentes. É por tal razão que Buzan e Wang (2014) preferem falar em “Escolas Chinesas”, já que estamos lidando com perspectivas diferentes. Duas correntes mais fortes podem ser elencadas como as principais dentro do referido debate: a “Chinese School” e a “Tsinghua School”.

O primeiro grupo tem como principal porta-voz Qin Yaqing, um dos pesquisadores que lidera o movimento pela criação de uma Escola Chinesa na teoria das RI. Em alguns momentos, pode-se ver na literatura menções a essa corrente como “the Qin Yaqing’s approach”. Já a Tsinghua School, ou “Tsinghua Approach”, leva esse nome por ter sido desenvolvida na Universidade de Tsinghua, em Pequim. Seu principal expoente é o professor Yan Xuetong.

O objetivo deste trabalho, nesse sentido, é apresentar um panorama sobre a evolução do campo das Relações Internacionais na China e

explicar as diferenças centrais entre a Chinese School e a Tsinghua School⁶. Para tal, será feita inicialmente uma breve introdução sobre a introdução da disciplina das Relações Internacionais na China e como se deu sua evolução. Em seguida, o artigo apresenta os principais argumentos apresentados para o desenvolvimento de um corpo teórico chinês na disciplina e descreve as diferenças entre as duas abordagens mais fortes dentro desse debate. Por fim, são abordadas as conclusões do trabalho.

O Campo das Relações Internacionais na Academia Chinesa

Os primeiros departamentos de Relações Internacionais surgiram na China em 1963, nas universidades de Pequim, Fudan e Renda. Ao longo do mesmo período, dez instituições de pesquisa foram criadas, todas sob controle de agências do governo, como o Ministério das Relações Exteriores. Mesmo assim, as Relações Internacionais só vieram a ser reconhecidas oficialmente como uma disciplina autônoma dentro do campo

⁶ Apesar de a discussão se passar com muito mais força na academia chinesa, pesquisadores ocidentais também têm se posicionado, como Barry Buzan, Peter Katzenstein e Alastair Johnston. Até o momento, as publicações brasileiras na área de Ciência Política e Relações Internacionais pouco têm repercutido sobre o assunto em específico, apesar de ter crescido substancialmente a quantidade de artigos sobre a China.

das Ciências Sociais no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a partir das reformas liberalizantes implementada pelo governo comunista.

Para se ter ideia, de 1949, ano da revolução, a 1978, quando começam os primeiros movimentos de abertura econômica, existiam na China apenas três universidades e três institutos profissionais que ofereciam treinamento na área de RI. Neste momento inicial, os centros de estudos em Relações Internacionais consumiam e produziam conhecimento sob forte tutela ideológica, de modo que o campo teórico era essencialmente composto por correntes marxistas.

Song e Chan (2000) explicam que, até os anos 1980, o ensino da Teoria das Relações Internacionais (TRI) como conhecemos no Ocidente não existia na China. O que era ensinado sob o título de “Teoria da Política Internacional”, na verdade, consistia em interpretações do ponto de vista de autores como Marx, Engels, Lenin, Stalin e Mao. Em linhas gerais, as universidades ofereciam cursos que explicavam a aplicação de teorias marxistas ao entendimento de temas como imperialismo, colonialismo, liberalismo e estudos de guerra e paz.

Obras tidas como clássicas na área só vieram a ganhar suas primeiras

traduções décadas a frente. “A Política entre as Nações”, de Hans Morgenthau, por exemplo, só ganhou uma publicação em mandarim nos anos 1990. Dado que o ano de publicação da primeira edição da obra foi em 1948, pode-se inferir que o *delay* para que o livro saísse em chinês foi de pouco mais de 40 anos. Cabe ressaltar, contudo, que esse esforço de tradução iniciou ainda em fins de 1979.

Foi somente com o processo de abertura desencadeado por Deng Xiaoping, quando fica famoso o termo “socialismo com características chinesas”, que os pesquisadores nativos das RI começaram a se debruçar mais ativamente sob uma possível teoria chinesa ou com aspectos chineses – há diferenças entre elas, como veremos mais adiante. No entanto, é fato que foi somente com as traduções de livros de autores como Keohane, Gilpin, Waltz, Buzan, Bull e outros – todos essenciais para um acurado estudo teórico dentro das RI – que a comunidade das Relações Internacionais na China começou a distinguir mais claramente a pesquisa enquanto esforço acadêmico e enquanto uma ferramenta política.

Um primeiro acontecimento que impactou o desenvolvimento da disciplina foi a criação da Associação

Nacional de História das Relações Internacionais, em 1980. Dez anos depois, esta primeira organização nacional no campo das RI teve o nome trocado para Associação Nacional Chinesa para Estudos Internacionais (China National Association for International Studies – CNAIS). As associações em nível provincial e municipal também começaram a florescer durante esse período.

Pode-se dividir os *scholars* em RI na

China em três grupos: 1.pesquisadores vinculados ao governo; 2.pesquisadores e professores universitários; e 3.pesquisadores da Academia Chinesa de Ciências Sociais. Cada um desses grupos tem atuações distintas dentro da produção de conhecimento, como descrevemos na tabela abaixo. Note que apenas o segundo grupo, formado por professores e pesquisadores vinculados a alguma universidade, tem sua produção livre de ingerências oficiais.

TRÊS GRUPOS DE <i>SCHOLARS</i> EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA CHINA	
Quem	O que fazem
Pesquisadores de institutos oficiais	Estudos voltados para orientação política
Professores e pesquisadores ligados a universidades	Estudos acadêmicos em geral (teóricos e aplicados)
Pesquisadores da Academia Chinesa de Ciências Sociais	Estudos independentes e voltados para orientação política

Fonte: Song e Chan (2000), com elaboração e tradução do autor.

Nos últimos anos, o uso de ferramentas teóricas e conceituais desenvolvidas dentro do *mainstream* das Relações internacionais tem se tornado algo particularmente atraente para muitos pesquisadores chineses, que ficaram por vários anos isolado das discussões travadas na disciplina. Contudo, muitos têm colocado em xeque a capacidade das teorias ocidentais em compreender o comportamento da China.

Hu, Chan e Zha (2000) enumeram os três principais tipos de produção bibliográfica que analisam a política externa chinesa, cada qual reunindo grupos específicos de pesquisadores. O primeiro grupo reúne pesquisadores preocupados com a percepção que a China tem da política internacional e as suas relações com os Estados mais poderosos. Trabalhos conduzidos por esses scholars foram bem-sucedidos em oferecer explicações razoáveis sobre a política externa da China por meio da relação entre fatores envolvidos nos âmbitos doméstico/societário e externo/sistêmico.

O segundo grupo de produção bibliográfica reúne pesquisadores que buscam evidências que comprovem a compatibilidade ou incompatibilidade entre os valores tradicionais chineses e o pensamento ocidental sobre as relações internacionais. Esse grupo, ao qual

pertence, por exemplo, Alastair Johnston, centra esforços no fato de que não há dúvidas que a conceituação chinesa do ambiente internacional é muito influenciada pela sua cultura milenar, todavia, o comportamento externo do País também reflete os impactos da interação da China com o mundo ao seu redor.

O terceiro e último grupo de literatura estuda o comportamento internacional da China aplicando conceitos e teorias ocidentais das Relações Internacionais. Loh (2008) pondera que estudar a China por meio de metodologias desenvolvidas no Ocidente e utilizadas para interpretar as relações internacionais do próprio Ocidente pode levar a falsas conclusões. É dentro deste cenário que surge o debate sobre a criação de uma Escola Chinesa de Relações Internacionais.

Em linhas gerais, essa discussão põe em lados opostos, não necessariamente rivais, três grupos de pesquisadores: 1. os que iniciaram um processo para integrar a China ao *mainstream* dos estudos internacionais; 2. aqueles que buscam desenvolver novos conceitos para analisar o comportamento internacional chinês; e 3. os que pretendem consolidar uma Escola Chinesa.

Wang e Zheng (2008) explicam que todo o processo envolvido no desenvolvimento desta Escola Chinesa revela, de um lado, que os pesquisadores chineses estão conscientes dos problemas existentes ao se aplicar teorias e conceitos ocidentais em estudos sobre a China. Por outro, também deixa claro que esses pesquisadores estão muito seguros das suas aspirações de também se tornarem produtores – e não apenas consumidores – de conhecimento.

Chinese School vs Tsinghua School

Em 1987, explica Ren (2008), aconteceu o primeiro apelo, por assim dizer, pelo uso de conceitos chineses nos estudos de política internacional. Foi durante a primeira conferência nacional sobre Teoria das Relações Internacionais, realizada em Xangai, quando se colocou na mesa a necessidade de criação de uma TRI com características chinesas. A provocação foi feita por Huan Xiang, então diretor-geral do China Center for International Studies. Liang Shoude, da Universidade de Pequim, foi outro a entoar o coro, afirmando que a construção de uma teoria política internacional chinesa deveria atentar para essas já mencionadas características internas.

He explained that the stressing of 'Chinese characteristics' is to bring to light the true features of

international politics and to build China's own discipline of International Politics in good order, through autonomous studies. However, what a 'Chinese perspective' was and how work of that kind should be carried out were among the issues not sufficiently explained. (Ren 2008, p. 294)

Ren (op. cit.), sendo um dos adeptos e principais defensores da Escola Chinesa, argumenta que os céticos podem dizer que uma teoria de RI com características chinesas é mais ou menos um transplante do conhecido slogan político “socialismo com características chinesas”. Outros afirmam que estudos chineses nas RI, teóricos ou não, necessariamente são conduzidos à maneira chinesa, de modo que clamar pelo uso de características nativas soa inócuo. Além disso, outra crítica a esse tipo de abordagem refere-se ao fato de que uma disciplina das RI com aspectos chineses precisa distinguir aspectos ideológicos do interesse nacional e a análise política da pesquisa acadêmica.

Feng (2011) divide a evolução da disciplina das RI na China em cinco etapas. A primeira fase segue de 1949, com a Revolução, até 1963, época em que universidades e institutos ganharam os primeiros departamentos na área de “estudos internacionais” e todo o esforço de pesquisa era voltado para auxiliar o novo governo. A segunda

fase, até 1978, contempla dois momentos importantes da história do Partido Comunista: a Revolução Cultural e o embate sino-soviético.

A partir daí, há a fundação institucional das bases que levaram ao desenvolvimento das RI na China, apesar de que houve pouca mudança referente a questões de método e teorias de pesquisa. Entretanto, as RI como disciplina acadêmica independente só se estabelecem de fato na terceira fase, entre 1978 e 1990. Na quarta fase, entre 1990 e 2000, acontece um forte desenvolvimento de aspectos científicos da teoria social relativa às Relações Internacionais, agora já estabelecida como um campo distinto do aconselhamento político. Neste período, as teorias ocidentais crescem em importâncias, sobretudo com a tradução de vários clássicos.

Por fim, a quinta fase, em vigor desde 2000, compreende um momento em que a academia já havia absorvido basicamente todas as abordagens teóricas ocidentais, incluindo até as mais distantes do mainstream, como o feminismo e a teoria crítica. É exatamente a partir de então que começa a ganhar muito mais força a chamada “Chinese School”.

Dentro da academia chinesa, a discussão sobre a potencial criação de uma Escola

Chinesa coloca de lados opostos seus defensores, geralmente ligados ao China Foreign Affairs University⁷, e aqueles que advogam apenas a incorporação de características chinesas ao estudo das Relações Internacionais, cujos principais representantes são da Tsinghua University, capitaneados por Yan Xuetong. Pelos defensores, pode-se eleger Qin Yaqing⁸ como o principal expoente.

Para Qin (2010), é “inevitável” que uma Escola Chinesa de Teoria das Relações Internacionais venha a emergir. Para ele, sendo gêmeas a teoria social e a prática humana, nada mais natural que a China, após passar por um grande processo de transformação social, desenvolva sua própria teoria que reflita essa espécie de modernização. O autor enumera três fontes potenciais para uma possível Escola Chinesa de TRI: o conceito de “Tianxia”⁹ como organizador do mundo

⁷ Vinculada diretamente ao governo comunista, por meio do Ministério das Relações Exteriores. Antes da sua fundação, em 1955, foi precedida pelo Departamento de Diplomacia da Renmin University of China. Até 2005 era chamada de Foreign Affairs College. Qin Yaqing é seu atual presidente.

⁸ Em chinês, o primeiro nome refere-se ao nome da família, e o segundo, o seu nome próprio. Na cultura ocidental, chamaríamos os referidos autores chineses de Yaqing Qin e Xuetong Yan. Em nosso texto, mantivemos a forma chinesa de se grafar (e falar) nomes. No entanto, nas referências bibliográficas, adotamos o esquema universal, com o sobrenome vindo na frente. Assim, as referências aos dois autores ficarão da seguinte forma: Qin, Yaqing; Yan, Xuetong.

⁹ Tian = céu, paraíso; Xia = abaixo. Na literatura em língua inglesa, *Tianxia* é traduzido como “All Under Heaven”. Conceito traduzido da filosofia milenar chinesa. É por meio do Tianxia que se explica a ordem internacional por uma

e o sistema tributário chinês; a filosofia modernizadora e as revoluções chinesas; o pensamento reformista e a integração ao sistema internacional.

Com relação à primeira fonte, argumenta-se que a filosofia chinesa abrange conceitos muito difíceis de se apreenderem por meio de uma filosofia internacional ocidental, como o *Datong*, mais alto ideal da filosofia do Tianxia. O *Datong* é o ponto alto: um mundo ideal de harmonia e ordem, baseado sob princípios de moralidade e abnegação. Na filosofia ocidental, esse nível de harmonia entre partes diferentes é tido como impossível por muitas vezes.

O autor reflete que temas dessa ordem não podem passar em branco dentro das discussões sobre a criação de uma Escola Chinesa que carregue o pensamento nativo sobre Política Internacional. Com relação à filosofia modernizante e às revoluções, Qin Yaqing argumenta que a consciência de modernidade só foi adquirida pelos chineses com o fim da Guerra do Ópio. Ideias tidas como modernas, como nacionalismo e soberania, por exemplo, só vieram ser incorporadas ao pensamento nativo por meio do contato com nações ocidentais. Na China, o

pensamento revolucionário muito teve relação com a quebra da ordem antiga para o estabelecimento de ideais típicos do Ocidente, mas não com o mesmo *modus operandi*.

Por fim, o pensamento reformista iniciado em fins dos anos 1970 rendeu aos chineses mais de 30 anos de legado para o desenvolvimento de um pensamento internacional próprio dentro da Teoria das Relações Internacionais.

We have discussed three sources from which a potential Chinese School of IRT could draw nutrition. However, there must be a central problematic around which the hard core of a social theory could be formed. The Chinese IR community has been still fumbling for it. I argue that the most likely core problematic is the relationship between China and international society. (...) How to get inspiration from the three sources of the thinking and practice and how to draw nutrition from the Western IR and social thoughts – these are questions to which answers should be provided if a Chinese school is to emerge in the era of globalization. (Qin 2010, pp. 45-46)

Em uma entrevista concedida em 2011, Qin Yaqing explicou que acredita que é possível dividir as sociedades em dois tipos: as mais individualistas e outras mais focadas nos relacionamentos.

perspectiva chinesa. Todo o sistema tributário que balizava o comportamento da China diante do resto do mundo foi construído dentro desta percepção de mundo, ou de ordem internacional.

Sendo assim, o conceito de racionalidade, por exemplo, é importante e interessante ao se analisar sociedades como a ocidental, mais orientada para o indivíduo. As sociedades orientais, como as confucianas, são desenvolvidas sob a luz de relações (pai e filho, marido e mulher, chefe e funcionário, etc.), de modo que Qin prefere aplicar ao caso o conceito de relacionalidade (*relationality*). Nessas sociedades orientais, o governo opera muito mais em termos relacionais do que através de regras e instituições formais.

O pesquisador defende que as teorias ocidentais das RI já são influentes e estabelecidas, ao passo que perspectivas orientais são quase nada, de modo que se faz necessária a inclusão de valores chineses no edifício ideacional da área. Para tal, é preciso alterar o status quo intelectual da disciplina, o que não é tarefa fácil. Assim, Qin defende o uso do rótulo “Escola Chinesa” como uma forma de chamar atenção e atrair olhares para o tema.

And what is a Chinese school as an idea? Nobody can use only the resources of your own tradition to establish a school nowadays. You cannot separate yourself like that. That's why I don't agree with Professor Zhao Tingyang, who claims to draw solely from Chinese traditions. Even his work

is not pure in the end! Yet on the other end, I don't agree with Professor Yan Xuetong either, as I don't think that IR Theory is always universal. It should attain some degree of universality, but locality, the local practices, are important. (Qin, 2011)¹⁰.

Os adeptos da referida Escola Chinesa não defendem necessariamente a substituição das teorias tradicionais pela abordagem relacional proposta por eles, tampouco desmerecem o atual status quo da disciplina. Todas essas teorias, argumentam, fornecem *insights* importantes ao pesquisador, mas é preciso haver pluralidade e diversidade. Assim, a proposta central dessa Escola Chinesa é incluir elementos da tradição chinesa e oriental ao estudo teórico das Relações Internacionais. Nas palavras de Qin Yaqing: “I try to find key dynamics underpinning the Chinese way, integrating Oriental ideas and concepts, reinterpreting them in the light of established IR theories and problems. The reinterpretation is based upon a Chinese understanding, a Chinese way of thinking, a Chinese worldview”.

Do outro lado desta disputa estão os contrários à criação de uma Escola Chinesa, que argumentam que é

¹⁰ Entrevista disponível em: <http://www.theory-talks.org/2011/11/theory-talk-45.html>. Acesso em: 29 Ago. 2015.

possível desenvolver um instrumental teórico satisfatório, universalmente aplicável, incorporando elementos chineses ao estudo das Relações Internacionais. Yan, por exemplo, critica até o uso do rótulo “Escola Chinesa”. Segundo ele, em tradução livre: “Até onde sei, todas as teorias de Relações Internacionais conhecidas foram rotuladas por pessoas que não eram os próprios criadores. O Realismo não foi nomeado por Morgenthau ou o Neo-realismo por Waltz (Yan 2011, p. 252).

Além disso, o autor pontua que a diversidade chinesa é muito densa para ser sintetizada em uma simples teoria de política internacional. Para ele, por mais que o confucionismo tenha sido a forma de pensamento mais forte dentro da China, ainda assim não é capaz de representar todo o pensamento chinês. Os opositores a uma Escola Chinesa integram um grupo cunhado de *Tsinghua school*, referente ao nome da universidade onde se travam discussões nesse sentido. Feng (2011) resume os argumentos dos adeptos deste grupo:

Professor Yan gives three reasons for rejecting the ‘Chinese school’ project. First, people other than creators of well-known IR theories generally label them. Second, theories are rarely named after countries; it is more common for a theory to be named according to its core arguments,

its creator, or the institution in which it has developed. Third, the term ‘Chinese’ is too broad to designate any theory developed within China. No theory or school of thought can represent the diversity and complexity of China’s history and tradition. It seems to me that these arguments, although reasonable, are largely semantic on the appropriateness of the ‘Chinese school’ label, rather than substantive on why the intellectual agenda itself is on the wrong track. (Feng 2011, p. 7)

O argumento central de Yan e dos adeptos da Tsinghua School tem muito a ver com o fato de uma teoria precisar ser universalmente válida. Neste sentido, uma corrente de pensamento que reúne várias contribuições do pensamento chinês e serve apenas para analisar o contexto chinês não seria viável. Na ótica de Yan (2011), os scholars chineses deveriam se preocupar mais em investigar enigmas teóricos na literatura existente do que propriamente criar uma escola nacional de pensamento das RI.

Aplicar o tradicional pensamento chinês para se ampliar as perspectivas conceituais dentro da disciplina, afirmam os pesquisadores da Tsinghua School, poderia auxiliar na solução de problemas em aberto na bibliografia contemporânea de Relações Internacionais. O próprio Yan Xuetong

cita um exemplo que pode ser trabalhado pela comunidade acadêmica: “(...) Traditional chinese thinking offers a different understanding of hegemony than mainstream IR theory does. Different typologies of hegemony within traditional chinese thought may shed some light on our understanding of US hegemony” (Yan op. cit., p. 258).

O pensamento do filósofo confucionista Xunzi, por exemplo, lista três tipos de liderança: autoridade humana, hegemonia e tirania. A autoridade humana seria a forma mais avançada de liderança, um governo que tem verdadeiros aliados, seja doméstica como externamente. A tirania, baseada na força militar, inevitavelmente cria inimigos. Os poderes hegemônicos, por sua vez, se posicionam no meio: não cometem ameaças com frequência, mas são indiferentes com questões morais e não raro lançam mão da violência.

Como não é possível incorporar toda a riqueza cultural e filosófica chinesa a uma simples teoria, Yan e os pesquisadores que o seguem passaram a se debruçar com dedicação ao farto pensamento ancestral chinês, como o de Xunzi, com o objetivo de melhor compreender as suas várias facetas. O objetivo é encontrar algo que possa ser universal, aplicável não somente à China, mas ao mundo.

Feng (2011) explica que a proposta do professor Yan Xuetong é influenciada por meio de uma compreensão positivista das ciências sociais, com ênfase em métodos quantitativos. Isso quer dizer que seus trabalhos envolvem testes de hipóteses, análises causais, objetividade e verificabilidade. Essa abordagem combinada com os *insights* intelectuais e teóricos fornecidos pelo pensamento ancestral chinês fornecem a base da Tsinghua School.

O período dos Estados Guerreiros (Warring States Period), que vai de 770 a 222 antes de Cristo, é onde estão situadas as principais contribuições do pensamento chinês utilizadas pelos pesquisadores da Escola de Tsinghua. As três principais características dessa corrente são, nas palavras de Feng (op. cit.):

First, its motivation originates in a desire to enrich modern IR theory and, no less importantly, to draw policy lessons for China’s rise today.⁶ Second, it seeks to do so by drawing on China’s political thought from the golden age of Chinese philosophy in the Spring and Autumn and Warring States period (770–222 BC). No one could fail to notice this as the most distinctive feature of the Tsinghua approach, and where a Chinese consciousness is in full display. And third, as mentioned, it applies Yan’s own brand of

scientific method to the analysis of ancient Chinese thought. In doing so he is trespassing on the subfield of International Political Theory (which, it must be pointed out in the present context, is almost entirely Eurocentric), though he makes no reference to this and may be unaware of it. (Feng, op. cit., p. 75)

Apesar de as discussões a respeito da Escola de Tsinghua estarem já adiantadas, os próprios pesquisadores que a defendem preferem manter cautela, afirmando que ainda há muito caminho a ser percorrido para consolidá-la. Argumentação similar utilizam os defensores da Chinese School. Para estes, também não se pode falar em uma Escola Chinesa das RI, muito embora o pensamento chinês aplicado à interpretação da política internacional já esteja rendendo contribuições a serem consideradas.

Para Yan Xuetong, não é possível saber se a contribuição do pensamento chinês ao estudo das Relações Internacionais será nomeada de “Escola Chinesa”, mas certamente essas contribuições devem ser – e serão – reconhecidas. De acordo com ele, o ponto positivo de todo esse debate, além da maior autonomia e influências conquistadas pela academia local, é que cada vez mais pesquisadores estão se debruçando sobre a relevância da filosofia

tradicional chinesa para o entendimento da atuação contemporânea do país.

Considerações Finais

As Relações Internacionais enquanto disciplina acadêmica têm menos de um século de história. Essa “jovialidade” se reflete no campo teórico da área, cuja produção esteve por muito tempo dicotomizada entre realistas e liberais. Nas últimas décadas, contudo, é nítido o desenvolvimento de novas perspectivas teóricas dentro da disciplina, com algumas delas até conquistando algum lugar de destaque, como o Construtivismo e a Teoria Crítica.

No caso da China, o campo das Relações Internacionais é ainda mais novo: mal acabou de completar 50 anos de história. As discussões no campo da teoria só começaram há cerca de três décadas. Nota-se, assim, que a evolução das Relações Internacionais na China acompanha de perto a própria inserção do País em nível global. Na medida em que aumenta seu grau de interação com o resto do mundo, a China também desperta nos pesquisadores nativos o interesse em encontrar formas mais adequadas de se explicar o comportamento de seu País, que tem sido analisado basicamente sob as lentes do pensamento ocidental.

Ainda é cedo para falar em uma escola

teórica das Relações Internacionais desenvolvida na China, a despeito das contribuições aqui descritas das escolas Chinesa e de Tsinghua. Como vimos, sequer há consenso entre os próprios pesquisadores chineses sobre o que deveria ser essa tal teoria chinesa. Em

comum, a certeza da necessidade de se ampliar o leque de teorias no campo das Relações Internacionais, sobretudo abrindo horizontes para as contribuições vindas do Sul – aí inclusos o Oriente e a América Latina, por exemplo.

Referências

Acharya, A.; Buzan, B. (2010) *Non-Western International Relations Theory: perspectives on and beyond Asia*. New York: Routledge.

Buzan, B.; Wang, J. (2014) 'The English and Chinese Schools of International Relations: comparisons and lessons', *Chinese Journal of International Politics*, n° 7, pp. 1-46.

_____.; Zhang, Yongjin. (2012) 'The tributary system as international society in theory and practice', *Chinese Journal of International Politics*, n° 5, pp. 3-36.

Feng, Z. (2011) 'The Tsinghua Approach and the inception of chinese theories of International Relations', *Chinese Journal of International Politics*, n°5, pp. 1-30.

Loh, A. A. (2008) 'Deconstructing cultural realism', in G. Wang e Y. Zheng (eds.), *China and the New International Order*. New York: Routledge, pp. 279-292.

Qin, Y. (2010) 'Why is there no Chinese international relations theory?', in A. Acharya e B. Buzan (eds.), *Non-Western International Relations Theory: perspectives on and beyond Asia*. New York: Routledge, pp. 26-50.

Ren, X. (2008) 'Toward a Chinese school of International Relations?', in G. Wang e Y. Zheng (eds.), *China and the New International Order*. New York: Routledge, pp. 293-309.

Song, X; Chan, G. (2000) 'International relations theory in China', in W. Hu, G. Chan e D. Zha (eds.), *China's International Relations in the 21st Century*. Maryland: University Press of America, pp. 15-41.

YAN, Xuotong. (2011) *Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power*. Princeton:

Princeton Univeristy Press.

Zheng, Y. (ed.) (2010) *China and international relations: the Chinese view and the contribution of Wang Gungwu*. New York: Routledge.

Wang, G; Zheng, Y. (2008) *China and the New International Order*. New York: Routledge.